



RAGO, Margareth. A AVENTURA DE CONTAR-SE: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 341p.

Maria de Lourdes Scheffler<sup>1</sup>

A ciência tradicional ocultou as mulheres, negando-lhes sua posição como sujeitos históricos, o que resultou em um enorme descompasso de informação sobre o universo feminino. A eclosão dos feminismos e seus desenvolvimentos, a partir de 1970, fez emergir a necessidade de construção de uma memória destes movimentos, de registros históricos sobre acontecimentos e sujeitos que marcaram o surgimento e a evolução do pensamento feminista e, principalmente, como as mulheres têm transformado o mundo e transformado a si mesmas. O livro de Margareth Rago, *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, produzido pela Editora Unicamp, vem preencher esta lacuna, constituindo-se em um relevante fato político e historiográfico, pela sua contribuição na reconstrução da trajetória de luta das mulheres brasileiras nas quatro últimas décadas, agregando um importante legado à historiografia feminista a ser transmitido às atuais e futuras gerações. Neste brilhante e criativo trabalho, a autora mergulha nas narrativas autobiográficas de sete militantes feministas para nos oferecer um panorama da recente história do Brasil – passando da instalação da ditadura militar à transição para a democracia

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1972), mestrado em Geografia (2002) e doutorado em Ciência Sociais, também pela Universidade Federal da Bahia (2011). Atualmente, é pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher (NEIM). Vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Planejamento Agrícola, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gênero, mulheres, trabalhadoras rurais, movimentos sociais e agricultura familiar.

e a eclosão dos movimentos sociais, com destaque para o movimento feminista e seus desenvolvimentos.

Tânia Navarro Swain, Norma de Abreu Telles, Maria Lygia Quartim de Moraes, Ivone Gebara, Gabriela Silva Leite, Maria Amélia de Almeida Teles e Criméia Alice de Almeida Schmidt são as ativistas que dão voz e fundamento à escrita de Rago. Aqui, não por acaso, estas feministas históricas aparecem com nome e sobrenome, apresentadas pela autora como parte da história viva do Brasil, nesta empreitada literária em que Margareth Rago se propõe a contar a história por quem a viveu, buscando a verdade de quem fez e faz essa história, envolvendo-se nela em diferentes momentos e por inteiro. A autora, entretanto, deixa claro que, para além da reconstituição das trajetórias, seu maior interesse está em recuperar, nas vivências destas mulheres, os processos de reconstrução da subjetividade pelos quais puderam inventar novos modos de existência, mais éticos e libertários. Assim, sua investigação se direciona ao modo como estas mulheres, passando pelos obscuros e violentos anos da ditadura militar, souberam se reconstruir e reconstruir novos espaços de atuação na esfera pública e na vida política do Brasil. Na contracorrente dos modelos autobiográficos confessionais tradicionais que, em geral, versam sobre o mundo masculino, as narrativas trabalhadas pela autora se configuram, também, como testemunho e denúncia, nas quais as ativistas reconstróem o próprio passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente.

As narrativas de Ivone, Maria, Norma, Tânia, Amelinha, Criméia e Gabriela, como são conhecidas e referidas, carinhosamente, pela autora, ao longo do livro, portanto, dão vida a uma versão feminina e feminista da recente história brasileira, desdobrada por Margareth Rago em três momentos que conformam três capítulos do livro. O prefácio, assinado por Márcio Seligmann-Silva, destaca a análise inusitada da autora em seu empenho de apresentar uma história “escovada a contrapelo”, nos termos de Walter Benjamin, identificando-a como uma “contadora de histórias”, mas de uma história da qual também é protagonista.

Segue-se a introdução onde são apresentadas “as balizas” do texto que se inicia pela eclosão, desenvolvimentos e impactos do feminismo na cultura e na sociedade brasileiras. Na sequência, a autora apresenta e contextualiza “essas mulheres” no curso dos acontecimentos sociais e políticos do país e, logo, introduz os conceitos utilizados nos

desdobramentos de suas reflexões. Os conceitos foucaultianos de “estéticas da existência” ou “artes do viver”, “parrésia” e escrita de si”, assim como operadores de Deleuze e da teoria feminista pós-estruturalista, fundamentam a sua análise, dedicada a explorar os espaços que se revelam a partir da linguagem e da escrita, como prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro. Margareth Rago entende que “a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real-social é construído discursivamente” (RAGO, 2013, p. 30). Partindo deste entendimento e da noção de “espaço autobiográfico”, vasculha os diferentes tipos de narrativas de si, artigos, livros escritos pelas suas depoentes, processos penais existentes, memórias, depoimentos, entrevistas gravadas pessoalmente ou já publicadas, correspondências, diários de *blogs*, enfim, todos os indícios que lhe permitam cartografar a própria subjetividade destas mulheres.

No Capítulo 1, a autora situa a década de 1970, quando o país vive a plenitude da ditadura militar e todo o horror da violência, do cerceamento das liberdades, das mortes e prisões, em confronto com um contexto global que aponta para profundas transformações sociais, culturais e políticas. De acordo com Rago, para esta geração, este é um momento de experimentação, quando mergulha em territórios arriscados e abre mão dos destinos traçados desde sempre para as mulheres, infringindo os modelos identitários que lhe são socialmente atribuídos. Este é um momento de busca, seja engajando-se nos movimentos revolucionários existentes e, posteriormente nos novos movimentos sociais emergentes, seja conforme Rago (p. 61), percorrendo linhas de fuga que conduziam a regiões subjetivas e geográficas desconhecidas, sob o impacto da contracultura. A autora se ressentia da limitação das fontes de informação sobre esses momentos marcantes na vida destas jovens mulheres, fundamentais para historicizar as práticas feministas de constituição da subjetividade, falta suprida pela riqueza das narrativas das mulheres.

O Capítulo 2 é dedicado aos desenvolvimentos dos feminismos, em que situa, na entrada dos anos de 1980, a emergência dos novos movimentos sociais, a organização das mulheres, as novas teorias, enfocando o poder e a política bem como as dimensões subjetivas. Este é um momento igualmente marcante na trajetória dessas mulheres, atravessado por questionamentos e desconforto frente à persistência da cultura patriarcal e misógina dos partidos de esquerda e a busca de novos espaços subjetivos e políticos onde

cabiam os temas do corpo, do desejo e da sexualidade, entre outras questões mais próximas do universo feminino, o que resultou na renovação do discurso político da esquerda, conforme assinalam, por exemplo, as narrativas de Amelinha, Criméia e Ivone. As narrativas mostram a disseminação das ideias feministas e o aprofundamento da crítica feminista, ao tempo em que se multiplicavam os grupos feministas no país, mesclados ou não com os grupos da esquerda marxista, mas, sobretudo, o envolvimento e o ativismo dessas mulheres (cada uma à sua maneira), com os ideais feministas, com destaque para os deslocamentos subjetivos referentes aos diferentes momentos de suas trajetórias.

Já no Capítulo 3, a reflexão da autora se volta para a análise dos espaços feministas autônomos, consolidados na década de 1990, e sua influência nas práticas de militância política e cultural e pela transformação social, envolvendo as lutas do cotidiano e da vida privada e a subjetividade (o trabalho de si). Constata-se que o pensamento feminista passou a incorporar novos temas, objetos e questões, exigindo novos olhares e conceitos. Por conseguinte, ao avançar no campo da política pensada no feminino, o que pressupõe outros modos da fazer política, sugere Rago (p. 195), não pode prescindir da dimensão subjetiva, do corpo, da sexualidade e da ética neste campo, devendo mesmo se constituir no cotidiano da vida social. As reflexões de Rago mostram que as trajetórias de vida de Ivone, Maria, Norma, Tânia, Amelinha, Criméia e Gabriela são ilustrativas e respondem às questões que os feminismos se colocam com frequência: Que tipo de pessoa – e não apenas de mulher – desejamos ser? Como as mulheres podem mudar o mundo, trazendo valores positivos e praticas éticas e estéticas à cultura pragmática, individualista e objetiva que impera em nossa sociedade?

### **Destacando a abordagem do estudo**

A singularidade do trabalho de Margareth Rago, utilizando suas próprias palavras consiste em

dar visibilidade a práticas e modos de ação política e cultural menos perceptíveis e analisados, destacando e refletindo experiências menos teorizadas no campo dos estudos feministas [...] experiências intensas, miúdas e constantes de construção de outros modos de pensar, agir e existir em prol da autonomia feminina. (p. 28)

Além do recorte de classe, a autora se detém na dimensão de gênero na própria construção discursiva da subjetividade e na subversão dos padrões literários socialmente instituídos. A autora entende os feminismos como:

[...] linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e lingüísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e de imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos de uma heterossexualidade compulsória. (RAGO, 2013, p. 28)

Coerente com esse entendimento, Rago (p. 31) nos diz que, se entendemos que os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e de existência para as mulheres, é necessário que levemos em conta a linguagem e o discurso, meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência. Os “modos de subjetivação”, discutidos pela autora à luz de Michel Foucault, são entendidos como os processos pelos quais se obtém a constituição de uma subjetividade, ao contrário dos modos de sujeição, que supõem obediência e submissão aos códigos normativos (p. 43). Trata-se, pois, da invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo tal como o fizeram as ativistas feministas que deram voz a este livro.

Margareth Rago encontrou nas narrativas das mulheres tematizadas, formas experimentais de relação consigo mesmo e com os outros, portanto, formas que se contrapõem à produção de uma subjetividade pautada na obediência e submissão aos códigos normativos, que se abriram para a construção de outra forma de viver, ou das estéticas da existência ou artes do viver, recuperada por Foucault dos gregos e romanos, que implicam a construção da vida como arte

[...] constituídas por ‘técnicas de si’, como a meditação, a escrita de si, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a parrésia ou a coragem da verdade, que envolviam o cuidado de si e do outro, isto é, por práticas relacionais de construção subjetiva como um trabalho ético-político (RAGO, 2013, p. 44).

Sob essa perspectiva, a transformação social, mais que um projeto político, implica um estilo de vida, uma estética da existência criada na experiência individual e social, em um movimento ativo de reconstrução da subjetividade, através de práticas da liberdade. A autora reafirma com (FOUCAULT, 2008) a busca de experiências de construção da vida como arte, da constituição de um indivíduo ético, como forma de encontrar saídas para as questões atuais de um mundo marcado pela reestruturação neoliberal do Estado e da produção, em que cada vez mais se sofisticam as tecnologias da governamentalidade, entendidas como “técnicas de governo” das condutas do indivíduo e da população assim como pela falência dos projetos revolucionários voltados para a tomada do aparelho do Estado. Esta crítica é igualmente extensiva às formas de controle e gestão das condutas individuais e coletivas praticadas pelos partidos – a governamentalidade de partido – ambos contextos permeados de controle e dominação que impulsionaram a migração das ativistas dos partidos para outras formas de organização social e outras formas de fazer política (RAGO, p. 50).

Também na análise de Rago, “a escrita de si” e a noção de “parrésia”, como atividades constitutivas das “artes da existência”, são particularmente relevantes. No primeiro caso, por permitir o confronto com os discursos autobiográficos tradicionais, pois a “escrita de si” implica o cuidado de si e, também, como abertura para o outro, como trabalho para o próprio eu em um contexto relacional, tendo em vista reconstituir uma ética do eu. Trata-se de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando das formas biopolíticas de produção do indivíduo. Implica uma relação específica do indivíduo consigo mesmo, o que supõe a prática política da “parrésia”. Esta, ao contrário da retórica e da lisonja, nos diz a autora apoiando-se em Foucault, requer a coragem da verdade sem dissimulação, uma verdade que comporta um risco em relação a quem se fala, mas também à própria existência. A análise da produção discursiva dessas mulheres, à luz desses conceitos, diz a autora, revela que a escrita de si para estas ativistas, por um lado, se configura como uma prática de liberdade em que o indivíduo se constitui, ativamente, a partir de uma orientação ética e, por outro, pela possibilidade de perceber e analisar as práticas feministas de si nas quais tanto a escrita de si como a “parrésia” são fundamentais.

Pensando nas narrativas analisadas, Rago diz que a “escrita de si”, para essas mulheres, impõe-se como necessidade de ressignificação do passado pessoal, mas, também, coletivo. A releitura do passado revela um distanciamento crítico dessas mulheres em relação ao seu antigo modo de ser, mas traduz, também, o desejo de renovação interna e de afirmação da liberdade de existir diferentemente no presente.

### **E as feministas tematizadas...**

As mulheres que deram corpo a essas reflexões, nos diz Rago, conformam um pequeno grupo branco e intelectualizado, a despeito da classe social, mas que, sem dúvida, são representativas das mudanças que têm afetado a vida das brasileiras nas últimas décadas, além de comprometidas e responsáveis por estas transformações. Nascidas entre os anos 1940 e 1950 e pertencentes a diferentes áreas de atividades – a despeito de registrarem uma relação com a vida e consigo mesmas, que as diferenciam entre si – essas mulheres expressam, em comum, o incômodo e a inadaptação ante os modelos tradicionais de feminilidade, um sentimento de *estrangeiridade* vivido desde cedo em suas vidas e, que as levaram a construir novos espaços subjetivos, sociais e de gênero (p. 36).

Rago considera que essas mulheres podem ser consideradas como parte de uma mesma geração, se considerada além dos nascimentos, a contemporaneidade das influências, processos sociais, acontecimentos políticos e rupturas subjetivas que marcaram suas experiências, mencionando a criação de um “tempo intersubjetivo” em que se conforma um destino comum. Para todas elas, o feminismo foi a porta de entrada para seus deslocamentos e reinvenções. São mulheres que, cada qual a seu modo, romperam com os padrões tradicionais de conduta impostos às mulheres, com os valores e os códigos morais estabelecidos, questionando o regime de verdades prevalecentes, à direita e à esquerda, trilhando caminhos próprios e novos, dissidentes, dissonantes e abertos com o trabalho árduo e os permanentes enfrentamentos. Margareth Rago chega a sugerir que estas mulheres poderiam ser consideradas as *parresiastas* da nossa atualidade, levando em conta a sua ousadia e coragem da verdade, mesmo ante os imensos riscos que correram – de expulsão da cidade, de estigmatização, de marginalização ou exílio, prisão, tortura – como revelam suas memórias. Todo o caminho dessas ativistas esteve marcado por lutas, pela

autonomia pessoal e pela introdução de valores éticos e feministas na vida cotidiana, em uma sociedade ainda profundamente marcada pela cultura patriarcal.

Para Amelinha, Criméia e Ivone, o feminismo assume o significado de luta política pelos direitos das mulheres, e é nesse lugar que Gabriela também se situa, atuando no combate à violência contra as profissionais do sexo, em favor do reconhecimento dos seus direitos civis. Já Tânia, Norma e Maria, conquanto reconheçam tais necessidades, apontam a necessidade de luta política visando mudanças no imaginário social e político atual, de construção de uma linguagem e de uma poética feministas, a partir das quais as mulheres possam pensar e se expressar adequadamente. O fato é que todas elas, ao longo de suas trajetórias, vêm contribuindo para isso. Quando romperam com o instituído, com as convenções sociais e os códigos morais normativos, com o imaginário político, ajudando a criar uma nova cultura política, que é também ética e estética (nossas formas de fazer), essas mulheres forjaram novas representações do fazer e do ser militantes e novas possibilidades de existência para as mulheres em geral, para além do casamento e da maternidade obrigatória, como finalidades exclusivas, descortinando alternativas inusitadas, desconhecidas pelos homens, que se contrapõem à política tradicional. No curso de suas vidas, a criação de novos modos de entender e praticar a política caminhou em paralelo à de definição da própria subjetividade como feministas e mulheres. Daí porque Margareth Rago não hesita em afirmar que o cuidado de si, para essas mulheres, pode ser traduzido como um grande amor pelo mundo, em um esforço de construção de uma vida outra, como crítica permanente do mundo.

Resta dizer que, ao analisar os feminismos como movimentos protagonistas de mudanças sociais ocorridas em nível global e, particularmente, no Brasil, o livro de Rago contribui para reinscrevê-los na história, ampliando o espaço intelectual feminista, ainda exíguo devido ao silenciamento histórico sobre as mulheres, decorrente de uma prática acadêmica preconceituosa e falocêntrica, pautada em estereótipos, que se mantém fiel aos cânones positivistas que situam a história dos feminismos em um campo marginal à própria história.

E mais, a autora considera que as memórias narradas se encaixam no conceito de “memória emblemática” (STEVE STERN, 2000) visto que permite articular o subjetivo e o coletivo, a transformação de si e a mudança social dessas leituras subjetivas (p. 58). Vale

notar que estas se inscrevem em marcos sociais e políticos e que essa leitura do passado e a busca da reinvenção de si, evidenciadas nas práticas discursivas dessas mulheres, passam pela construção de interpretações pessoais dos processos históricos vividos. Considerando seu envolvimento nos acontecimentos políticos do país, com todas as suas consequências – prisão, tortura, exílio e perdas presentes nessas memórias –, é possível considerar que estas comportam narrativas mais amplas, que visam tanto expressar os movimentos subjetivos ou dramas pessoais vivenciados como impedir que sejam invisibilizadas na esfera pública. Assim, ao circular publicamente, essas memórias individuais podem compor uma “memória emblemática”, coletiva, que permita o reconhecimento e a identificação de muitas outras mulheres (e mesmo de homens), visto que tratam de um momento violento e obscuro da vida política nacional. Esta obra de Margareth Rago, por certo, coloca-se a serviço da preservação dessa “memória emblemática”.

As 341 páginas que compõem a prazerosa leitura deste livro atestam os feitos feministas e seu impacto na transformação cultural e política da sociedade brasileira, considerados uma “revolução feminista”, por Margareth Rago, ou, no mínimo, reafirmam as possibilidades de avanço dos feminismos em uma perspectiva próxima do que enuncia a epígrafe de Gilles Deleuze, logo no início deste trabalho: “Em lugar de apostar na eterna impossibilidade da revolução e no retorno fascista de uma máquina de guerra em geral, porque não pensar que um novo tipo de revolução está se tornando possível?”.